

Diário de Marília – 13/09/2010

Governos vizinhos causam perdas de R\$ 6,7 bilhões ao Brasil no setor de energia

<http://www.diariodemarilia.com.br/Noticias/88075/Governos-vizinhos-causam-perdas-de-R-67-bilhes-ao-Brasil>

SÃO PAULO - A intervenção dos governos de países vizinhos em acordos pactuados com o Brasil no setor de energia elétrica já gerou perdas da ordem de R\$ 6,7 bilhões às empresas, aos contribuintes e aos consumidores, revelou uma pesquisa realizada pelo **Instituto Acende Brasil**.

Nas últimas décadas, o Brasil buscou implementar projetos de integração energética por meio da interligação de sistemas, construção de gasodutos e de usinas em parcerias internacionais. Porém, os riscos introduzidos por agentes de outras jurisdições têm gerado custos inesperados que, por sua vez, reduzem ou até mesmo superam os benefícios esperados com a integração.

Para se ter uma ideia, o estudo prevê que essas intervenções já realizadas ou em andamento poderiam elevar os prejuízos aos brasileiros para R\$ 21 bilhões.

Intervenções

Para o estudo, foram examinados 11 incidentes em que intervenções ou pleitos dos vizinhos alteraram as condições originalmente pactuadas em contratos ou tratados.

Entre as perdas já incorridas, estão R\$ 1 bilhão para o Paraguai, decorrente da subcontratação de potência na usina de Itaipu. Desde 2003, o país vizinho sistematicamente subcontrata a potência da hidrelétrica binacional, obtendo energia adicional a um preço menor.

Também com perdas de R\$ 1 bilhão ao Brasil está a indisponibilidade de gás natural importado da Argentina e, com mais R\$ 1,3 bilhão, a interrupção no fornecimento do gás da Bolívia.

Futuro

Para o futuro, a maior perda será provocada pela eliminação da correção por inflação da parcela de dívida paraguaia, com estimativa de R\$ 1 bilhão a R\$ 6,3 bilhões até 2023.

Ainda em relação à Itaipu, o estudo prevê perdas futuras ao Brasil de R\$ 5,2 bilhões, também até 2023, pela elevação da remuneração por cessão de energia.

Vale ressaltar também os R\$ 2,2 bilhões pela elevação da tributação e revisão dos contratos de importação de gás natural da Bolívia.